

## **Incineração – um modelo com passado mas sem futuro em Aveiro**

Até há menos de uma dezena de anos, os lixos recolhidos em Aveiro eram depositados directamente na lixeira de Taboeira de uma maneira completamente anárquica. Com o avanço do conhecimento científico e da consciência ambiental, várias soluções de tratamento e reaproveitamento dos lixos têm vindo a ser sugeridas e, algumas delas, implementadas. O Aterro Sanitário de Cacia-Taboeira é uma dessas soluções.

Nos Aterros Sanitários, dizem os livros, os solos são impermeabilizados, a proveniência e o tipo de lixo são devidamente controlados, a cobertura dos lixos faz-se diariamente de modo a não libertarem cheiros, o biogás é extraído, as águas que escorrem são devidamente tratadas e as células onde o lixo é depositado, uma vez preenchidas, são seladas e controladas. Em Aveiro, a ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A., uma empresa participada em 51% por capital do estado e em 49% pelos 36 municípios associados, tem a seu encargo esta tarefa de gestão do Aterro Sanitário, recebendo diariamente o lixo de meio milhão de habitantes, proveniente de 14 municípios.

O Aterro está a chegar ao fim, pelo que, a selagem do Aterro de Aveiro dará início à entrada em actividade de um novo Aterro, agora em Oliveira de Azeméis, tal como acordado pelos accionistas da ERSUC já na altura em que foi iniciado o Aterro de Aveiro. Porque o progresso não pára e as possibilidades de novas alternativas ao tratamento e destino dos lixos são cada vez mais e melhores, é de saudar a iniciativa da ERSUC em pedir a uma empresa independente, especializada e de reconhecida competência na área, a HIDROPROJECTO – Engenharia e Gestão S.A., para que estudasse outras possibilidades de destino dos resíduos sólidos urbanos (RSU). Surge assim, em Maio de 2000, um documento que contempla um Plano-Programa de Intervenção para o Sistema Multimunicipal do Litoral Centro, em que Aveiro se inclui. Neste relatório, é referido que foram consideradas três alternativas aos Aterros Sanitários: alternativa A- Digestão anaeróbica; alternativa B- Digestão anaeróbica complementada com pirólise; alternativa C- Digestão anaeróbica complementada com incineração. Refere ainda o relatório que, em fase posterior, foi considerada uma alternativa adicional, alternativa D- Incineração dos RSU recolhidos indiferenciadamente pela ERSUC.

Os indicadores de viabilidade destas alternativas, segundo este estudo, estimam um custo de 43,8 milhões de contos para a alternativa D e um custo de 30,4 milhões de contos para a alternativa A. Ou seja, para além de ser ecologicamente recomendada, a alternativa A é também a mais favorável do ponto de vista económico.

Como o destino a dar aos lixos é um assunto que é participado pelos fundos Comunitários de Coesão, através do Estado Português, estes custos poderão ser reduzidos em maior ou menor grau conforme a proposta se aproxime ou não dos objectivos de reciclagem de materiais e de protecção do ambiente propostos pela União Europeia. Pelas posições assumidas pelas entidades financiadoras, a alternativa D não deverá ser financiada em mais de 25%, sendo a participação da ERSUC de 34,1 milhões de contos, um valor superior ao da alternativa A mesmo sem participação. Acrescente-se que a alternativa A poderá ser financiada até 75%, pelo que a digestão anaeróbica será sempre economicamente mais favorável do que a incineração, mesmo que esta última venha a usufruir de uma participação de 50%, tal como é reivindicado pela ERSUC.

A participação em 50% de fundos comunitários em incineradoras de RSU, ao contrário de que se verificou há alguns anos atrás, é indefensável. Com os conhecimentos técnicos e científicos actuais, tal como a HIDROPROJECTO demonstra, há hoje alternativas melhores. À medida que o conhecimento científico progride e os sistemas de reciclagem se aperfeiçoam, permitindo a separação de lixos sem recurso à separação pelos ecopontos, mesmo de um ponto de vista económico e de valorização energética, a incineração vai perdendo vantagem. A incineração tem como objectivo obter energia a partir da queima da matéria orgânica, venha ela dos restos de comida, do papel ou dos plásticos. Quanto mais “combustível” mais energia. Nesta perspectiva, só em teoria um sistema de recolha de RSU com incineração separaria e reciclaria a matéria-prima que poderia valorizar pela queima. No momento em que a incineração fosse uma realidade nunca seria implementado um sistema de reciclagem. E o governo sabe-o! Por isso, segundo notícia do Diário de Aveiro de 12 de Março, o ministro do Ambiente solicitou à ERSUC que reformule o projecto e considere as outras alternativas à incineração para a que esta empresa possa cumprir as metas de reciclagem estabelecidas a nível comunitário.

De acordo com o relatório que o Sr. Presidente da Câmara de Aveiro enviou à Assembleia Municipal, e no qual são descritas com pormenor as actividades dos diferentes gabinetes municipais, verifica-se que a temática do destino dos RSU nunca foi estudada. É uma pena que os técnicos da Câmara Municipal de Aveiro não se tenham debruçado sobre o relatório da HIDROPROJECTO pois possui um elevado conteúdo técnico, científico e até pedagógico. A sua divulgação iria proporcionar, pela positiva, um debate amplo acerca da melhor solução para o destino dos RSU na Região de Aveiro nas próximas décadas. Pelo contrário, **a opção por uma decisão unilateral e isolada do nosso Presidente da Câmara em oferecer Aveiro como localização para uma alternativa como a incineração é indiciadora de que as motivações não serão as que sustentam o relatório da HIDROPROJECTO mas outras, que se desconhecem e que só o Dr. Alberto Souto poderá revelar aos Aveirenses. É o avolumar da dívida da Câmara à ERSUC que o impele?**

Segundo o Nº 72 do Boletim da Sociedade Portuguesa de Química, de Março de 1999, “as incineradoras municipais de lixo doméstico são consideradas como as principais fontes de dioxinas”. As dioxinas são um dos grupos de produtos altamente tóxicos, cancerígenos mesmo em quantidades muito baixas, que resultam dos processos de combustão e que poderão ser emitidos pelas chaminés das incineradoras. Esta emissão será tanto maior quanto mais lixos se queimarem e se a queima dos resíduos, em vez de originar CO<sub>2</sub> e água, for incompleta. A incineradora a implantar em Aveiro irá ser controlada pela ERSUC, a mesma empresa que controla o Aterro Sanitário de Aveiro, que deveria impedir a emissão de cheiros, que devia saber tratar todos os lixiviados e que deveria manter um ambiente agradável na área circundante. Convido o leitor a percorrer a estrada em terra batida contígua ao Aterro pelo lado sul e a olhar para as árvores aí existentes. Poderá o Sr. Presidente da Câmara assegurar que esta empresa possui a tecnologia e a sensibilidade para controlar exaustivamente a emissão dos gases de queima e garantir que esta será completa?

Estudos realizados nos Estados Unidos da América e em Inglaterra revelam que, nestes dois países industrializados, onde a incineração de RSU e também de resíduos industriais, perigosos ou não, já se pratica há muitos anos, as incineradoras de RSU como a que o Sr. Presidente da Câmara não se importa que seja instalada em Aveiro, são responsáveis pela emissão para a atmosfera de mais de metade das dioxinas. Pelo maior volume de compostos de queima e pelo facto destes poderem ser ricos em cloro, estes estudos mostram que as incineradoras de RSU emitem por ano trinta vezes mais dioxinas do que as incineradoras de resíduos industriais perigosos. Nestes países mais industrializados, os níveis de dioxinas encontrados em seres humanos começam a estar perigosamente próximos da dose que se estima ser capaz de produzir os primeiros sintomas de toxicidade em seres humanos e animais.

Afirmou o Dr. Alberto Souto na última Assembleia Municipal que, se lhe provassem que a incineradora era nociva para a saúde dos seus munícipes, não a aceitaria. Em ciência, a toxicidade dos produtos é verificada em animais de laboratório ou em casos de tragédia, como a que referi na última Assembleia Municipal. No entanto, pelo facto de haver incineradoras implementadas em vários países desenvolvidos já há alguns anos, os problemas para a saúde humana provocados por estes poluentes resultantes da incineração estão bem documentados. Na última Assembleia Municipal entreguei ao Sr. Presidente da Mesa, Dr. Carlos Candal, para que fizesse o favor de o divulgar por quem o desejar, um documento da Greenpeace onde, em mais de oitenta páginas, são referidos muitos desses malefícios. Com todas estas provas, ficarão somente a faltar as provas dos malefícios a causar directamente em alguns de nós se, porventura, a incineração fosse a alternativa escolhida. Mas essas só irão ser dadas daqui a várias décadas, talvez já não na nossa geração, se continuar a haver quem insista em não aprender com os erros que outros já cometeram e a ignorar soluções de futuro.

Só com a ajuda de Aveirenses informados poderemos lutar para que a incineração seja um modelo com passado mas sem futuro em Aveiro!

Aveiro, 15 de Março de 2004

Manuel António Coimbra

Líder do Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Aveiro